



Elementos de Administração 5

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Elementos de Administração

5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração 5 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-178-7

DOI 10.22533/at.ed.787191303

1. Administração. 2. Gestão socioambiental. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este sexto volume, composto por dez capítulos, contempla trabalhos com foco no ensino em administração e está dividido em três partes.

A primeira parte deste volume agrega três capítulos que desenvolvem pesquisas desenvolvidas com discentes de administração, proporcionando a reflexão acerca de diferentes pontos e percepções dos estudantes dessa área, tais como: motivação, planejamento de carreira e avaliação do ensino superior. A segunda parte deste volume compreende três capítulos que reúnem estudos sobre a atuação do docente de administração e gestão universitária, possibilitando que o leitor compreenda temáticas voltadas às competências docentes, à utilização de mecanismos para a educação a distância e perspectivas sobre a gestão universitária. Na terceira parte deste volume, são apresentados quatro capítulos que contemplam pesquisas sobre aprendizagem e formação de gestores.

Dessa forma, este quarto volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco no ensino em administração, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega à área de administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre as diferentes percepções dos agentes que atuam no processo de ensino em administração.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO 1 1

CAPACIDADES DINÂMICAS E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÃO MILITAR DE APOIO LOGÍSTICO

Romero de Albuquerque Maranhão
Norberto Stori

DOI 10.22533/at.ed.7871913031

CAPÍTULO 2 18

O PLANEJAMENTO AMBIENTAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Emerson Andrade Gibaut

DOI 10.22533/at.ed.7871913032

CAPÍTULO 3 36

LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS-VENDA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA EMPRESA ERICSSON DO BRASIL

Rogério Silveira Dias
Felipe Caleffi
Andreia Bonato da Silva
Faculdades Monteiro Lobato

DOI 10.22533/at.ed.7871913033

CAPÍTULO 4 52

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM RETRATO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DE 2010 A 2017

Agleilson Souto Btista
Jorge da Silva Correia Neto
José de Lima Albuquerque
Maria Jaqueline da Silva Mandú

DOI 10.22533/at.ed.7871913034

PARTE II – ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMPORTAMENTO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 5 71

ÉTICA CORPORATIVA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: DISSONÂNCIA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA EM DOIS PEQUENOS RESTAURANTES ORGÂNICOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Patrícia Sales Patrício
Lígia Maria Ribeiro
Edna Ribeiro Santana
Fabiana Solange de Cristo

DOI 10.22533/at.ed.7871913035

CAPÍTULO 6 82

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PERSPECTIVA DE DISCENTES DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Salvelina Marques Lourenço
Roseilda Nunes Moreira

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.7871913036

CAPÍTULO 7 104

VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E ATITUDES DE CARÁTER AMBIENTAL DOS INDIVÍDUOS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

Juliana Rabelo Pereira

Eloisa Helena de Souza Cabral

DOI 10.22533/at.ed.7871913037

PARTE III – ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 8 146

ESTRATÉGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ENSAIANDO IDEIAS A PARTIR DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Mônica Mota Tassigny

Flávia Lorene Sampaio Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.7871913038

CAPÍTULO 9 168

COMPETENCES FOR SUSTAINABILITY AND ITS INSTITUTIONALIZATION LEVEL IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Nadiessa Cappellari

Silvio Roberto Stefano

Marcos Roberto Kuhl

Luiz Fernando Lara

DOI 10.22533/at.ed.7871913039

CAPÍTULO 10 186

EDUCAÇÃO CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Jacqueline Rios Fonteles Albuquerque

Artur Gomes de Oliveira

Mônica Mota Tassigny

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.78719130310

SOBRE O ORGANIZADOR..... 210

ESTRATÉGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ENSAIANDO IDEIAS A PARTIR DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria
Mônica Mota Tassigny
Flávia Lorene Sampaio Barbosa

Uma vez que tenhamos tomado plena consciência de nossa tradição intelectual, com sua profunda ruptura entre a mente e o coração e com suas consequências nem todas benéficas, já teremos dado um primeiro passo para superar essa tradição e para sanar essa ruptura. (HIRSCHMAN, 1986, p. 133).

RESUMO: O artigo objetiva constituir um encontro entre estratégia, desenvolvimento e sustentabilidade em Ramos (1983, 1989), na perspectiva do impasse do desenvolvimento sustentável, no caso, a relação (in) compatível entre desenvolvimento capitalista e sustentabilidade. A organização-síntese de elaborações conceituais foi seguido do exercício ensaístico no que tange à sugerir que o encontro tem na ideia de boa sociedade sua finalidade intrínseca. O desenvolvimento sustentável em respeito à diretrizes paraeconômicas, a sociedade multicêntrica e a consideração de suas dimensões suscitam que formulações estratégicas no campo das políticas públicas devem buscar a gestão participativa com base em um consenso distinto da adesão a um projeto centralista. Nesse escopo, a ecologia de saberes traria novo sentido à participação social, quando a tradução de práticas, saberes e valores condicionaria novo parâmetro à dinâmica

estratégica anunciada por Ramos (1983) e conformaria novo *status* à alocação substantiva de recursos. Em um campo democrático descentralizado estaria em jogo os sentidos de uma boa sociedade, sendo esta, também, valorada de acordo com a multiplicidade de culturas, sujeitos e experiências, participe de um projeto social emancipatório, diante de valores coletivos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade multicêntrica. Paradigma paraeconômico. Ecologia de saberes. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: The article aims to constitute a meeting between strategy, development and sustainability in Ramos (1983, 1989), in the perspective of the impasse of sustainable development, in this case, the (in) compatible relation between capitalist development and sustainability. The organization-synthesis of conceptual elaborations was followed by the essayist exercise in what concerns to suggest that the encounter has in the idea of good society its intrinsic purpose. Sustainable development with respect to economic guidelines, multicentric society and the consideration of its dimensions, provoke that strategic formulations in the field of public policies should seek participatory management based on a distinct consensus of adherence to a centralist project. In this scope, the ecology of knowledge would bring new

meaning to social participation, when the translation of practices, knowledge and values would condition a new parameter to the strategic dynamics announced by Ramos (1983) and would conform new status to the substantive allocation of resources. In a decentralized democratic field, the meanings of a good society would be at stake, and it would also be valued according to the multiplicity of cultures, subjects and experiences, which would participate in an emancipatory social project in the face of collective values.

KEYWORDS: Multicentric society. Paraeconomic paradigm. Ecology of knowledge. Sustainable development.

1 | INTRODUÇÃO

A construção teórica de Alberto Guerreiro Ramos suscitou análise do tema desenvolvimento sustentável em linhas argumentativas presentes nos livros *Administração e Contexto Brasileiro-esboço de uma teoria geral da administração*¹ e *A Nova Ciência das Organizações-uma reconceitualização da riqueza das nações*², editados, pela primeira vez, em 1966 e 1981, respectivamente. A distância temporal das produções revelam peculiaridades e implicações do autor em relação ao contexto social e histórico vivido, ao passo que permite transcorrer seus enunciados com suporte em respostas aos problemas contextuais das obras.

Administração e Contexto Brasileiro enfatiza a perspectiva do desenvolvimento como elementar à transformação social, reflexo do movimento nacional-desenvolvimentista brasileiro das décadas de 1950 e 1960 (HEADY, 1970). Nesse momento, Ramos (1983) recorre à problematização do desenvolvimento econômico na perspectiva de sustentar o protagonismo econômico, social e político do Brasil em relação às nações cêntricas.

A Nova ciência é produto de 30 anos de pesquisa e reflexão (AZEVEDO, 2008). Neste, o autor imprime análises da degradação social e ambiental, derivadas do viés estritamente econômico de políticas de desenvolvimento capitalista aprofundadas desde a década de 1960. É o momento de profundas mobilizações sociais, políticas e acadêmicas sobre sustentabilidade, cuja amplitude se deu com o protagonismo da Organização das Nações Unidas em importantes eventos, a exemplo da Conferência de Estocolmo em 1972 (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012; MELO; SALLEN BELLEN, 2012).

O cenário de trabalho da *Nova ciência* refletiu questionamentos acerca do avanço do capital sobre a natureza (MISOCZKY; BÖHM, 2012). Em resposta, Ramos (1989) extenua o tema desenvolvimentista e apoia-se na crítica à centralidade do mercado na perspectiva de uma sociedade multicêntrica. Na lógica desta, define que o sistema social econômico precisa ser limitado, ao passo que outros sistemas configuram-se necessários às necessidades humanas, quando estas envolvem suas existências material e simbólica.

1 A edição utilizada nesta pesquisa é a de 1983.

2 A edição utilizada nesta pesquisa é a de 1989.

De uma leitura desenvolvimentista à perspectiva multicêntrica, coloca-se em questão a impossibilidade de equação entre desenvolvimento suportada pela lógica de mercado e pela sustentabilidade (MISOCZKY; BÖHM, 2012). De um lado, afirma-se o fundamentalismo ecológico, cuja crítica impõe freio ao capital; do outro, o economicismo arrogante, que, ao assumir a relação natural entre crescimento econômico e desenvolvimento, não problematiza as limitações socioambientais (SACHS, 2002).

Tal discussão repercute em confusões conceituais sobre o tema (REDCLIFT, 2006), que, em análise paradigmática, repercute em críticas a própria ciência moderna (SANTOS, 1989), constituída em função da separação entre conhecimento e fé, entre fato e valor (DIEHL; TATIM, 2004), entre ciência e senso comum (RAMOS, 1989; SANTOS, 1989), entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva (RAMOS, 1989). Dessa crítica emerge a problematização da crise de valores, visto como causa e consequência dos dramas social e ambiental evidenciados com a expansão da sociedade capitalista (MANNHEIM, 1967).

Nesse contexto, desenvolvimento capitalista, progresso e qualidade de vida colocam-se em situação de entrincheiramento (MARCONATTO et al., 2013; SINAY et al., 2013; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012), no sentido da unilateralidade econômica de um projeto acionado no *interior* de um padrão de sociedade centrada no mercado, cuja racionalidade instrumental adentra à vida humana e instala um *modus operandi* destrutivo à ideia de futuro (RAMOS, 1989). Esta, na leitura de Hirschman (1986, p. 121) se dá pelo divórcio da ciência com os valores, ao mesmo tempo que o mercado *engendra* valores instrumentais como agente moralizador de condutas “suaves” (HIRSCHMAN, 1986).

Reconsiderar o homem, suas paixões e os interesses ao longo da história são elucidativos de que esse divórcio pode revestir-se de uma nova imposição valorativa, no sentido de que o interesse, como uma paixão calma, refletia a preocupação com a força destrutiva das paixões humanas (HIRSCHMAN, 1979). Assim,

em todas as explícitas ou implícitas críticas ao capitalismo existe pouco reconhecimento do fato de que, para uma época anterior, o mundo da “personalidade integral”, repleto de paixões diversas, se apresentava como uma ameaça que necessitava ser exorcizada a qualquer custo. (HIRSCHMAN, 1979, p. 125).

Quando o amor e a caridade são substituídos pelo interesse como fundamento de uma sociedade bem regulada, têm-se um sistema destrutivo, haja vista que mina-se, pelo mercado, valores coletivos como honestidade, boa-fé e confiança (HIRSCHMAN, 1986). Nesse sentido, o reencontro da ciência social com os valores seria desafio intelectual na condução de um novo conceito sobre economia, desenvolvimento e sustentabilidade na perspectiva de dar tratamento mais satisfatório aos povos, à sociedade e a natureza (HIRSCHMAN, 1979, 1986, 1979; MANNHEIM, 1967). Uma

ciência afirmadora de valores e mais comprometida socialmente, em resposta à crise do paradigma moderno (SANTOS, 1989).

A problemática tem no argumento de Ramos (1983, 1989) o ensaio de um abordagem sobre o impasse da *práxis* do desenvolvimento sustentável. Alternativas surgem do debate de uma nova razão subjacente à sustentabilidade, o que permite resgatar a multidimensionalidade humana, no sentido das dimensões econômica, social, política, territorial e ambiental (SACHS, 2007). O projeto multicêntrico de sociedade, nesse escopo, convoca o significado da existência e da sobrevivência biológica em aderência à ideia de futuro, que, perceptível pela ação ética, centra esforços sustentáveis, em bases solidárias e participativa (MISOCZKY; BÖHM, 2012; RAMOS, 1989; SANTOS, 2002, 2007a-b). Um ciência partícipe de um projeto social emancipatório, diante de valores coletivos.

Alternativa ao debate do desenvolvimento sustentável é levantada nesta pesquisa com base na estratégia de desenvolvimento (RAMOS, 1983) em uma sociedade multicêntrica, com base na delimitação dos sistemas sociais, em um novo paradigma econômico (paraeconomia) (RAMOS, 1989). A crítica-propositiva considera a dualidade da razão instrumental e substantiva em favor desta na condução de uma vida baseada no paradigma da boa sociedade (RAMOS, 1989), quando estas sustentam uma transformação mais profunda nas relações humanas e destas com o ambiente (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

A pesquisa objetiva exercício criativo no que tange à organizar elementos teóricos em modelo que demonstre uma *práxis* prudente (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012), que se contraponha ao “estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador [...] socialmente perverso [...] politicamente injusto [...], eticamente reprovável [...] e culturalmente alienado” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 509), e, assim, faça uso do “processo de aprender a desaprender”, que caminha de um conhecimento universal, hegemônico, eurocêntrico e colonialista a um saber valorado pela experiência local, regional e plural (MISOCZKY, 2011), de inclusão, igualdade, autonomia, bem comum e bem viver (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012), ou seja, que comungue ciência e sociedade, numa perspectiva valorativa e de engajamento (RAMOS, 1996).

2 | ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Só se pode encontrar uma solução quando se sabe exatamente quais são os pontos estratégicos da estrutura econômico social onde está se manifestando a deterioração e onde estão surgindo novas oportunidades para iniciativas e responsabilidade pessoal. (MANNHEIM, 1967, p. 177).

O tema desenvolvimento, como sinônimo de modernização, é o ensejo de Ramos (1983) em *Administração e o Contexto Brasileiro*. Dois argumentos serão analisados neste artigo: um modelo estratégico para sustentar ações no âmbito de

uma modernização *atinente às condições sociais e históricas de nações periféricas*; o desenvolvimento concebido como modernização no caminho de uma *mudança social*.

Concepções anteriores ao texto em análise compreende o contexto de afirmação do *cientista social* como *protagonista* de mudanças em sociedades emergentes. Momento em que o mundo depara-se com países em processo de ruptura de situações coloniais, a exemplo de nações da África, da Ásia, da América Latina e do Oriente Médio (HEADY, 1970). Todos, então, nas décadas de 1930 a 1970, “passando por processos de mudanças sociais, não apenas a mudança contínua por que qualquer sociedade passa, mas *mudança crítica e descontínua* (HEADY, 1970, p. 100, grifo nosso).

O mesmo *homem parentético* (RAMOS, 1963), cuja *atitude redutora* (RAMOS, 1996) é pré-requisito de *mudança social*, é concebido como o administrador-estrategista-político (RAMOS, 1983). Todos estes atores são requeridos à agentes sociais, cuja atitude implica deliberação, liberdade de atuação, regida por uma conduta consciente de suas finalidades intrínsecas (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2015), e, por isso sua prática é gerida por *ação ética* e substantiva diante das circunstâncias sociais (RAMOS, 1963). Com isso, busca-se ator social que protagonize o rompimento com círculos de reprodução do sistema, determinando, em termos precisos, na sociedade em que vivem, que fatores ou condições são imprescindíveis à industrialização ou modernização (RAMOS, 1983).

Pela centralidade da reforma pela qual deveria passar sociedades em desenvolvimento, particularmente o Brasil, compreende Ramos (1983, p. 107) que imperativo uma “teoria de fatos e processos que sofrem permanentemente a sistemática *interferência controladora do homem*”, numa “elaboração conceitual estreitamente unida à *prática*.” (RAMOS, 1983, p. 126, grifo nosso), ao passo que convoca o administrador a ser um observador participante. (RAMOS, 1983, p. 153, grifo nosso). Para tanto, defende um esquema estratégico que seja, ao mesmo tempo útil as reformas demandas e ancoradas por agentes de mudança “revolucionários”. Esse ponto torna-se ainda mais compreensível diante da atenção de Ramos (1963, 1996) em torno do fenômeno da revolução.

Nesse momento, a análise de Ramos (1983) referiu Albert Hischaman, que depurou nova compreensão sobre estratégia de desenvolvimento de países em desenvolvimento, particularmente da América Latina, a partir de experiência como economista na Colômbia. Hischaman (1986) assenta o debate sobre a necessidade de ativar as potencialidades de cada realidade social a fim de engendrar o desenvolvimento, com soluções derivadas do processo, no “local e durante o percurso” (HISCHAMAN, 1986, p. 100), mais “sequenciais do que simultâneas” (HISCHAMAN, 1986, p. 95).

É perceptível que há um projeto de ciência social que reclama mobilização, questionamento, engajamento e adesão crítica à realidade (RAMOS, 1963, 1983, 1996). A ação estratégica, nesse projeto, enfatiza a construção da nação e o progresso socioeconômico, coerente com a agenda ideológica do nacional-desenvolvimento em

curso nas décadas de 1950 e 1960, priorizando a formação de identidades nacionais para escapar à lógica colonial (HEADY, 1970). Nesse curso, questiona concepções cêntricas de desenvolvimento, evidenciando contraposição à perspectiva epistêmica hegemônica do conhecimento (LANDER, 2005; MIGNOLO, 2004), na visão pronta e importada, ou transportada, do eurocentrismo, do norte (RAMOS, 1963; SANTOS, 2002).

É representativo dessa postura adesão à lei da redução sociológica do *Caráter subsidiário da produção científica estrangeira* (RAMOS, 1996), assumindo que filtro crítico-assimilativo deve prevalecer em relação à conteúdos importados (RAMOS, 1996), compreensível à afirmativa de que “nas sociedades coloniais aparecem hoje quadros novos, empenhados num esforço de repensar a cultura universal na perspectiva da *autoafirmação dos seus respectivos povos*” (RAMOS, 1996, p. 49, grifo nosso).

Ação estratégica qualificada diante de um projeto de nação, então, é requerida em função de problemas concretos e de múltiplas possibilidades de efetivação (RAMOS, 1983), haja vista perspectivas de sucesso incertas e fragmentadas (HEADY, 1970). Essa concretude é tomada como uma práxis, ao passo que modernização não estaria o campo da análise abstrata, mas derivar-se-ia da “experiência concreta em que pensar e agir são inseparáveis [...]” (RAMOS, 1983, p. 174).

Para tanto, Ramos (1983) aposta na centralidade de ações, na força de atores-chaves-estrategistas e na análise objetiva das possibilidades de sucesso, quando estágios/fases anteriores de desenvolvimento possuem apenas utilidade heurística (RAMOS, 1983). Aqui, evidencia-se à lei das *Fases*, definida na *Redução Sociológica* (1996), ou, a impossibilidade de “compreender os fatos sem referi-los à realidade em que se acham integrados, ao mundo histórico ou à vida”. (RAMOS, 1996, p. 129).

Ainda, em atenção à estratégias qualificadas, em análise de possibilidades objetivas de cada fase/estágio sócio-histórico, têm-se uma ciência amparada em requisitos, sendo estes aspectos que se apresentam na realidade concreta. Ramos (1983, p. 144) enfatiza que pensar desenvolvimento apoiado por modelos estranhos à realidade dos países, ou seja, em pré-requisitos “corresponde a adotar desnaturada concepção determinista, proclamar uma sequência de acontecimentos e fenômenos com o caráter de “inevitabilidade” (RAMOS, 1983, p. 144). Assim, observar pré-requisitos, de forma subsidiária, e os requisitos, em busca de estratégias adequadas, são centrais ao conceito de ação e de desenvolvimento em Ramos (1983).

Desenvolvimento, apoiado em soluções adequadas, também é função do acordo dos que dela participam, à proporção que “o caráter democrático de um desempenho estratégico, [...] não é a sua obediência a critérios uniformes, mas a escala de consenso em que se apoia” (RAMOS, 1983, p. 130), na perspectiva da “capacidade de criar e preservar um consenso em torno de interesses públicos e de legitimar as *normas operacionais* que regulam o conflito e a competição social” (RAMOS, 1983, p. 131, grifo nosso). O consenso, em termos estratégicos, é leitura da interseção entre

administração e política, predominante em Ramos (1983), sendo a intervenção estatal na normatização social via estratégia, estrapolação recorrente em sua obra Ramos (1963,1983, 1989, 1996).

Esses elementos, em conjunto, suscitam o *Modelo Analítico de Estratégia Administrativa* (Quadro 1), concebido como configurativo no processo de decisão administrativa.

Elementos	Definição
O propósito	Toda administração está referida a um propósito ou finalidade [...] Não há, no domínio da ação administrativa , fatos dotados de significação própria, independente, imutável (RAMOS, 1983, p. 156).
Agente Ativo	O propósito, por si mesmo, não tem eficácia. A vontade do agente , orientada por um propósito sistemático, é, em última análise, a causa dos acontecimentos (RAMOS, 1983, p. 157)
O fator Estratégico	O fator estratégico é aquele que, presente ou ausente ao campo de probabilidades, uma vez controlado , propicia a eficácia de uma decisão ou satisfação de um propósito (RAMOS, 1983, p. 159).
Possibilidade Objetiva	Incumbe ao agente ativo descobri-las, avalia-las em função de seu propósito , e procurar efetivar aquela ou aquelas possibilidades que melhor propiciam os resultados que deseja (RAMOS, 1983, p. 165).
Consenso	A efetivação de qualquer estratégia depende de um mínimo de consenso (RAMOS, 1983, p. 167).

Quadro 1 – Modelo analítico de estratégia administrativa

Fonte: Adaptado pelos autores (2018) a partir de Ramos (1983).

O *propósito* é elemento estratégico que impõe seletividade às decisões, considerando análise dos objetivos que pretende alcançar. Ciente do propósito, o agente ativo “pode, dentro de limites, é certo, regular o papel do elemento causa” (RAMOS, 1983, p. 158). Esses limites definem que “sua ação não é arbitrária, mas condicionada pelos *fatores objetivos*” (RAMOS, 1983, p. 157), e tem que ser adequada aos “elementos analíticos da *experiência imediata*” (RAMOS, 1983, p. 160). A *possibilidade objetiva* é função da capacidade limitada de leitura de mundo do agente, pois “os limites concretos de uma situação imediata são também limites da consciência” (RAMOS, 1983, p. 163).

Nesse escopo, o propósito e as possibilidades objetivas estão no horizonte exclusivo do agente social, ao mesmo tempo que variáveis do campo das possibilidades podem, também, ser transformadas pelo estrategista, quando, pela ação, mobiliza condições desfavoráveis e neutras em favoráveis ao propósito (RAMOS, 1983).

O trabalho estratégico, ainda, exige do administrador empenho no processo de adesão. Nesse ponto reporta-se ao elemento consenso, quando a estratégia depara-se com diferentes demanda de diversos segmentos e sujeitos. O exercício do consenso reflete as polaridades da conformidade e da inconformidade e, assim, formulações amparadas em pressupostos éticos que visem “efetivação de reformas adequadas aos pressupostos, supondo-se que existem, para tanto, virtualidades ou

possibilidades dentro do sistema” (RAMOS, 1983, p. 169).

Em síntese, o tema desenvolvimento e modernização implicam um projeto de desenvolvimento adequado que incorpore “simultaneamente uma crítica do presente e um analítico *projeto ético* de superação desse presente (RAMOS, 1983, p. 162). O projeto, ainda, se dá mediante estratégia capaz de fazer avançar o curso da modernização, sendo esta compatível com “um conceito normativo de *boa sociedade* (RAMOS, 1983, p. 162, grifo nosso). Nesse espaço, a modernização se afirma como um modelo de possibilidades, Teoria *P*, em contraposição à condicionalidade de uma lei história, paradigmática, que delibera em torno de pré-requisitos (RAMOS, 2009).

Uma observação em relação ao modelo estratégico: a necessidade de afirmação de nações em desenvolvimento, diante de incertezas e fragmentação, pode ser um cenário propício à emergência de um agente-social/estrategista/homem-parentético/salvador, que, amparado pela sua intensa capacidade analítica, de ação e de reflexão crítica consegue direcionar o curso do desenvolvimento (problema da sociedade de sua época). O consenso, em termos de adesão, reforça o teor centralizador desse projeto. No lugar de um homem “como ele realmente é”, consta-se um homem “como ele deve ser” (HISCHMANN, 1979).

Considerando peculiaridades sociais e históricas em torno de uma ciência protagonista de mudança social, a estratégia e o papel de diretrizes normativas, especialmente no campo do intervencionismo estatal, é regular em suas apreciações (RAMOS, 1983, 1989), inclusive é questão central em Mannheim (1967, p. 28) quando, problematizando a crise de valores, indica necessidade de uma política que privilegia o planejamento para a liberdade, ao passo que os valores deveriam passar por um processo de reforma e acordo democrático. Tal planejamento seria possível diante da renúncia “a seu completo desinteresse pelas valorações”. Dois aspectos são essenciais nesse estudo: “o *método de tradução* que faz o sistema de valores funcionar” (MANNHEIM, 1967, p. 32, grifo nosso) e a ideia de que o “consenso é bem mais do que um mero acordo teórico acerca de terminadas questões – *o consenso é vida em comum*. Preparar o terreno para alcançar esse consenso é, em última análise, preparar o terreno para a vida em comum” (MANNHEIM, 1967, p. 43, grifo nosso). Tradução em sintonia com o consenso serão retomados nesse artigo.

Ramos (1983), em adesão ao problema nacional, anuncia modelo estratégico de cunho estrutural-normativo, o que parece necessário em contexto de mudanças críticas (HEADY, 1970). Definir que há inclinação centralista é uma crítica à postura diretiva das soluções dos problemas sociais, porém, em resposta ao que, concretamente, parecia ser necessário à dinâmica nacional. É a dinâmica do modelo estratégico, mas especificamente a dinâmica da possibilidade objetiva e do consenso, que parece merecer nova apreciação em busca de avanços.

3 | A TRANSIÇÃO PARA A NOVA CIÊNCIA

A elucidação da experiência imediata é a única justificativa de qualquer pensamento; e o ponto de partida para o pensamento é a observação analítica desta experiência (HIRSCHMAN; 1961, p. 9).

Após a década de 1960 o mundo depara-se, mais intensamente, com a problemática ambiental e social, quando uma crise é anunciada em função dos desequilíbrios entre capital, acumulação e consumo (PEREIRA, 2012). Nesse período, fica evidenciada a transformação do planeta e da vida humana em função do crescimento econômico mundial, traduzidos nas disparidades entre riqueza e miséria, com suporte na industrialização e na globalização (GOHN, 2011; MEBRATU, 1998; NUNES; 2014). É esse também o momento de se anunciar uma crise de valores, como anteriores e posteriores aos problemas em questão (MANNHEIM, 1967).

A questão ambiental assume agenda de discussões no âmbito mundial com a criação, em 1968, do clube de Roma, cujo produto, relatório intitulado “Os Limites do Crescimento” foi debatido na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Estocolmo, em 1972. Nesse primeira fase, os debates transitam entre *crenças religiosas* e *sabedoria tradicional* no que tange à necessidade de equacionar harmonia entre o homem, a natureza e a sociedade, em resposta à degradação derivada do avanço do capitalismo (MEBRATU, 1998).

No âmbito social, movimentos assumem reivindicações por igualdade e acesso à direitos sociais e políticos, quando amplia-se o desemprego, a desigualdade social e consciência da exclusão e da discriminação social (GUIRALDELLI, 2014; NUNES, 2014). No cenário brasileiro, e em países da América Latina, movimentos “altermundistas” ou “transnacionais”, rurais e urbanos, assumem lutas democráticas na perspectiva de frear o avanço da globalização cuja ampliação colocava em perigo a destruição das culturas locais (GOHN, 2011).

Diante desse contexto, anterior ao lançamento da *Nova Ciência*, em 1981, percebe-se, já em 1968, mobilização em torno da preocupação com o desenvolvimento amparado estritamente pelo viés econômico, o que também configura mudança de postura do seu autor. Guerreiro Ramos, na década de 1970 e meados da década de 1980 inclina-se para edificação de uma ciência amparada pelos limites da centralidade do mercado, ao passo que a discussão sobre desenvolvimento encontra nova constelação, animada, inclusive, pelo retorno aos clássicos, o que não se distancia do debate típico da primeira fase definida por Mebratu (1998).

Pelo Quadro 2, trechos de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1978 e 1981, reunidos por Luiz Antônio Alves Soares, em 2005, ilustram a transição e revelam conteúdo antecipatório da *Nova ciência*.

Artigos	Segmentos de texto dos artigos
<p>O milagre e a Sociedade (13.05.1979)</p>	<p>O modelo modernizante é promocional no sentido de que pode servir para melhorar as condições de vida de uma população [...] porém é limitada. A economia de mercado organiza o processo de produção exclusivamente do ponto de vista de transferências bilaterais de recursos e, assim perde de vista aspectos normativos sem os quais uma sociedade destituiu-se de condições de viabilidade. A instauração e preservação de tais condições largamente dependem de transferências unilaterais de recursos [...] (p. 42).</p> <p>A ciência econômica convencional não ignora a existência de transferências unilaterais, mas subordina a sua utilização aos objetivos específicos da economia de mercado (p. 44)</p>
<p>As confusões em torno do industrialismo (27.12.1981)</p>	<p>O industrialismo é um modo de produção tão velho como a espécie humana [...] é concomitante com a história humana (p. 74).</p> <p>Em seu uso corrente, as palavras industrialismo e industrialização referem-se exclusivamente à forma peculiar de industrialismo moldada pela sociedade centrada no mercado.</p> <p>Industrialismo convencional e industrialismo orgânico – [...] designar como convencional [...] equivale a sugerir a sua incompatibilidade com circunstâncias e pontos-de-vista característicos de emergente período histórico. Embora [...] tenha contribuído com inovações sem precedentes de significativos efeitos civilizatórios, há que preservar os ganhos e incorporá-los num tipo de industrialismo menos pernicioso ao ser humano. [...] O industrialismo orgânico objetivou o incremento da produtividade de bens e serviços, respeitando os limites impostos pela vida humana associada e pela natureza [...] se efetivou pela prática de deliberadas políticas reguladoras da produção do consumo em geral e, especialmente, do mercado, como agência alocadora de recursos. O industrialismo orgânico é [...] constituída e reproduzida essencialmente pela utilização de recursos renováveis, e, assim, escassamente perniciosa aos processos restaurativos da natureza (p. 75).</p> <p>As consequências da breve história do industrialismo convencional se concretiza na presente situação alarmante da civilização, dotada de carga de fatores patogênicos sem precedentes, que afetam a condição humana e a capacidade auto-regente ativa do ecossistema, em escala planetária (p. 75-76)</p>
<p>Limites da modernização (20.5.1979)</p>	<p>Não é suficiente que os seres humanos simplesmente vivam, é imperativo viver bem. Diz Guerreiro Ramos: Este segundo tipo de vida só é possível no plano cívico. Assim, a vida cívica é um fim em si mesma, no qual subordina-se a produção de bens e serviços. Se, portanto, a produção torna-se um fim em si mesma, a vida humana torna-se socialmente inviável [...] (p. 45)</p> <p>As sociedades industriais de hoje dispõem de capacidade técnica adequada para prover todos os seus membros de bens e serviços necessários ao pleno exercício da vida cívica. No entanto, a vida cívica é marginal em tais sociedades, porque a produção de riqueza material é ilimitada, e tornou-se um fim em si mesma. Em tais sociedades, o objetivo de civilizar foi substituído pelo objetivo de consumir, disfarçado sob o imperativo de modernizar. (p. 45)</p>

Quadro 2 – Os limites do mercado

Fonte: Adaptado pelos autores (2018) a partir de Soares (2005, grifo nosso).

A seleção dos trechos do Quadro 2 demonstram a transição de uma ciência de afirmação nacional-desenvolvimentista para uma teoria em resposta à problemática ambiental e social. Nesse caminho, o modelo de desenvolvimento-modernizante

é colocado em “parêntese”, haja vista que a limitação do mercado *deveria*, agora, buscar novas saída à sociedade que, fragilizada pelo impacto do modelo capitalista de desenvolvimento, não sinaliza alternativas de superação. Constata-se a preocupação de Ramos (1989, p. 190, grifo nosso) quando cita que,

em consequência dos *padrões de produção e consumo* que prevalecem, o mundo contemporâneo vê-se diante de uma taxa sem precedentes de absoluta escassez ecológica, cujo aumento exponencial poderá acelerar o *colapso termodinâmico* do planeta, que, efetivamente, é afinal inevitável, num determinado ponto do tempo.

Além da crítica à centralidade do mercado, é marca da transição um modelo de desenvolvimento menos revolucionário, à luz da lógica nacional-desenvolvimentista. Quando assume a ideia de Industrialismo orgânico adere a problemática ambiental e, ao defender o imperativo do “bem viver” no “plano cívico” recorre à defesa de que, no plano político, regulações da produção e do consumo possam trazer luz às reivindicações sociais mobilizadas. Na intercepção entre industrialismo orgânico e bem viver, o desenvolvimento caminha no sentido do paradigma da boa sociedade. Esse projeto ganha novas explicitações.

4 | A NOVA CIÊNCIA E A SOCIEDADE MULTICÊNTRICA

Nem a tolerância democrática, nem a objetividade científica significa que devemos abster-nos de assumir a defesa daquilo que julgamos ser verdadeiro ou que devemos evitar debates acerca dos *valores e objetivos últimos da vida*. (MANNHEIM, 1967, p. 20, grifo nosso).

A *Nova* ciência organiza três conjuntos de argumentos centrais: modelo de racionalidade (que inclui ideia de homem); modelo de sociedade (definido em termos da delimitação dos sistemas sociais) e modelo de alocação de recursos (centrado no paradigma paraeconômico). Dois pressupostos parecem subjacentes aos argumentos: a ideia de existência humana material e simbólica, que, em termos de pleno desenvolvimento social, fazem parte de prescrições políticas; e o paradigma da boa sociedade, tomado de Eric Voegelin, presente, inclusive, em *Administração e Contexto Brasileiro*.

A concepção sobre desenvolvimento, no âmbito da mudança social, vai do progresso econômico-social, pela ideia do industrialismo orgânico, à formação de espaços sociais onde o “orgânico” seja o centro ordenativo de suas configurações. Nesse caso, com a crítica a centralidade econômica, a delimitação do mercado prevê exigência de distinguir a racionalidade instrumental da substantiva, ao passo que a melhor compreensão de seus enunciados é sustentáculo do projeto multicêntrico.

Ao associar a racionalidade instrumental ao funcionamento de mercado, Ramos (1989) recorre à administração científica, haja vista que seria esta a ciência

“responsável” pela propagação do modelo social centrado no mercado, ao dar ensejo ao modo capitalista de produção. A crítica a esse ponto indica que o homem não pode ser reduzido a um ser econômico, “levando à conversão do concreto no abstrato, do bom no funcional, e mesmo do ético no não-ético” (RAMOS, 1989, p. 3). Seria, então, a difusão da razão instrumental um problema de deformação do homem e de sua história, pelas vias da colocação inapropriada de conceitos e política cognitiva, assumidas como formas de legitimação de uma sociedade centrada no mercado (RAMOS, 1989).

No outro extremo, estaria a parte negligenciada/deformada do homem pelo viés moderno, a razão substantiva. Esta, definida com base nas leituras de Max Weber, Karl Mannheim, Jürgen Habermas e Eric Voegelin, bem como na teoria substantiva de Kaplan e Cook, caracteriza-se como aquela capaz de subsidiar o *resgate* de um homem racional, capaz de transcender às determinações históricas e sociais. Esta habilidade é representada pela reflexão crítica de um homem agente social, um homem parentético capaz de atitude redutora (RAMOS, 1963, 1996).

A coexistência dos dois tipos de razão é explícito em Administração e Contexto Brasileiro, ao passo que se torna implícito na *Nova* ciência. Nesta, a acusação de ser a racionalidade instrumental gênese de parcela importante dos problemas ditos “modernos”, faz dela uma associação à sociedade capitalista. Este fato faz com que a razão substantiva seja o centro das atenções, inclusive, como *modus operandi* de um modelo de sociedade multicêntrico. Nesse caminho, a sociedade multicêntrica, mediada pela razão substantiva, incorpora “um *padrão objetivo de valores* postos acima de quaisquer imperativos econômicos (RAMOS, 1989, p. 122, grifo nosso). Esses valores-guia são os elementos estratégicos, ao passo que habilita o homem a viver com base em imperativos éticos, como um ator político. Portanto, a racionalizada substantiva fornece sustentação para uma ciência alternativa à moderna.

Do modelo de racionalidade, ao molde econômico, Ramos (1989) retoma a ideia de estratégia adequada (RAMOS, 1983), também defendida por Hirschman (1961), quando a ênfase de análise era o contexto de desenvolvimento de países periféricos. Quando se define que uma ação estratégica deve ser adequada aos requisitos de situações sociais específicas (RAMOS, 1983), evidencia-se que a lei dos requisitos adequados é, na verdade, sua continuação. Nesta, se “estabelece que a variedade de sistemas sociais é qualificação essencial de qualquer sociedade sensível às *necessidades básicas de atualização de seus membros*, e que cada um desses sistemas sociais determina seus próprios *requisitos de planejamento*” (RAMOS, 1981, p. 156, grifo nosso).

Antes de avançar no segundo tópico (modelo de alocação), recorre-se, novamente, à transição. No Quadro 2 foram selecionados novo conjunto de segmentos de artigos noticiados no Jornal do Brasil.

<p>Um modelo corretivo do impasse econômico (8.09.1979)</p>	<p>[...] o processo de produção é indissociável da fruição do convívio entre seres humanos, e da convivência entre estes e a natureza (p. 52)</p> <p>O paradigma paraeconômico [...] é um modelo alocativo que objetiva simultaneamente a criação e a distribuição da riqueza nacional (p. 54).</p> <p>A delimitação do mercado, uma das inovações do modelo paraeconômico, não se efetiva fisicamente, mas sim através de diretrizes e políticas programáticas [...] seria deliberativo, levando em conta a complementariedade do setor formal do mercado e do setor informal [...] (p. 54)</p> <p>O paradigma paraeconômico equivale a uma nova ciência das organizações, porque focaliza a alocação de recursos do ponto de vista sistemático de uma sociedade reticular ou multicêntrica (p. 55)</p> <p>Uma alocação de recursos pode ser empreendida [...] atendendo os requisitos de eficiência econômica, sem sacrifício dos requisitos de igualdade e equidade [...] o mercado, a livre empresa, a intervenção estatal são variáveis decisivas e permanentes de nossa equação pragmática de recursos. O que importa é concretamente especificar os seus limites. (p. 56)</p>
<p>Notícia sobre a nova teoria econômica (28.7.1981)</p>	<p>Com base na teoria econômica substantiva, que se contrapõe a teoria econômica formal, Guerreiro Ramos lembra Karl Polanyi que identifica nas sociedades pré-capitalistas a alocação de recursos regulada por critérios institucionais, aos quais o mercado se subordina (p. 59)</p>
<p>Economia política reconsiderada (11.10.1981)</p>	<p>Antes do advento da economia política sempre existiu uma teoria alocativa que predicava o primado das deliberações políticas sobre o processo de criação da riqueza (p. 71)</p>

Quadro 3 – Paradigma Paraeconômico

Fonte: Adaptado pelos autores (2018) a partir de Soares (2005, grifo nosso).

Trechos grifados no Quadro 2 são elucidativos dos dois argumentos da *Nova ciência* analisados em seguida.

O modelo multidimensional, ou multicêntrico, reconhece que o homem possui diferentes necessidades de ordem biológica-material e existencial-simbólico e, portanto, os sistemas sociais também partilham da diversidade das necessidades humanas. Esse argumento faz com que o sistema econômico não seja recusado, mas restrito, especificamente para não adentrar os demais sistemas sociais (RAMOS, 1981). Nesse sentido, “a administração de freios ao funcionamento do sistema de mercado visa a preservação, tanto da *sanidade ecológica do planeta*, quanto da *saúde psicológica da humanidade*” (RAMOS, 1981, p. 196, grifo nosso).

Então, planejamento, adequabilidade de requisitos e, necessidades humanas, parecem configurativos da *Nova ciência*. Desenvolvimento, nesse ponto, parece implícito à ideia de ordenação (planejamento) para uma vida em sintonia com as necessidades de uma boa sociedade, sendo esta inerente à fruição das necessidades humanas. Diante desse direcionamento, Ramos (1989) explora modelo de alocação

de recursos capaz de fomentar a delimitação social, no sentido de atender a multidimensionalidade humana e social.

O paradigma paraeconômico (Figura 1) conjectura alocação de recursos em atenção aos requisitos adequados a cada sistema social. Neste, prescreve-se “análise e *planejamento* de sistemas sociais em que as economias são consideradas apenas como uma parte do conjunto da tessitura social” (RAMOS, 1989, p. 177, grifo nosso), ao mesmo tempo que atua como “proporcionadora da estrutura de uma *teoria política substantiva* de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação *qualitativa da vida social dos cidadãos*” (RAMOS, 1989, p. 177, grifo nosso). Define, ainda, que “o Paradigma paraeconômico leva em consideração não apenas a termodinâmica da produção, mas também seus *aspectos externos sociais e ecológicos*” (RAMOS, 1989, p. 190).

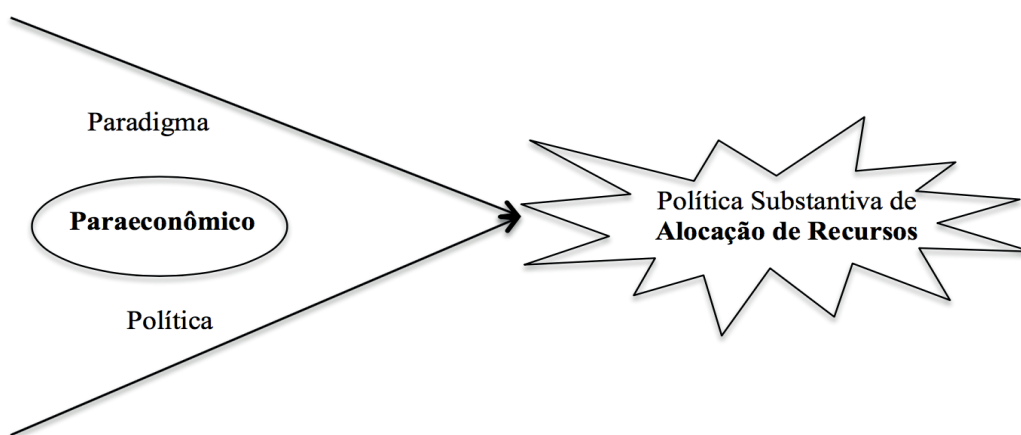


Figura 1 – Elementos do Paradigma Paraeconômico

Fonte: Adaptado pelos autores (2018) a partir de de Ramos (1989).

O paradigma em apressa revela compromisso da *Nova* ciência com os problemas sociais e ambientais, situando-os como problemática da sistema social capitalista, mas, busca, pela via criativa-pragmática, formular conjunto de conceitos-prescrições no sentido de habilitar o cientista social no exercício de superação de tais questões. Leitura importante para essa última é a de Karl Polanyi, de onde subtraiu a teoria política substantiva e a associou a necessidade de alocação de recurso com inspiração no paradigma paraeconômico.

Em referência ao Quadro 2, observa-se que, na transição, têm-se definição de produção e de riqueza. Infere-se que estas recorrem a ideia finalística de um tipo específico de desenvolvimento, ao passo que reconhecem a estrutura socioeconômica de produção capitalista, mas atrela sua finalidade à uma vida em plenitude, no que tange à convivência e a fruição de uma boa vida. Essa posição é conduzida à *Nova* ciência, na definição da limitação do sistema econômico. Nesse ponto, a atuação política-institucional-diretiva no que tange à delimitação dos sistemas sociais e a ideia de riqueza de uma nação são atreladas à qualidade de vida social-comunitária, haja

vista que “a qualidade da vida social de uma nação resulta das atividades produtivas que elevam o *sentido de comunidade* de seus cidadãos” (RAMOS, 1989, p. 184, grifo nosso).

Orienta, portanto, que se deve “[...] pôr em prática *diretrizes* distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a *atividades comunitárias dos cidadãos*” (RAMOS, 1989, p. 155). Mais contundente afirma que “é preciso que venha a ser desenvolvida uma *perícia especializada-expertise*-destinada à *formulação de políticas pública, ao planejamento econômico e à elaboração orçamentária*, que seja adequada à delimitação dos sistemas sociais” (RAMOS, 1989, p. 184, grifo nosso).

4.1 Dimensões dos sistemas sociais

“Mas há também os céus e as matas que se enchem de cantos de sabiás... Lá as redes dos cientistas ficam sempre vazias” (ALVES, 1999, p. 86).

A lei dos requisitos adequados em anelo à delimitação dos sistemas sociais recebem apreciação em termos de dimensões sociais. Esta proposição estabelece parâmetros para a política substantiva de alocação de recursos, de acordo com o paradigma paraeconômico. São dimensões: Tecnologia, Tamanho, Espaço, Cognição e Tempo.

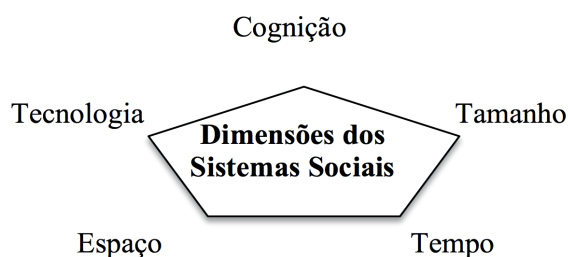


Figura 2 – Dimensões dos sistemas sociais

Fonte:

A dimensão *tecnológica* representa nos sistemas sociais papel estruturante, na compreensão de que tanto igreja, escola, fábrica, como uma família possuem tecnologia em apoio a sua estruturação (RAMOS, 1989). Sua definição aparece ainda em Administração e Desenvolvimento, quando a define como um

conjunto de instrumentos, utensílios, meios e objetos materiais, mediante os quais o homem se *assenhoreia das forças naturais* e as utiliza, bem com *modifica as circunstâncias e cria um ambiente mais propício à satisfação de suas necessidades e objetivos*. (RAMOS, 1983, p. 74, 5, grifo nosso).

Na concepção assinalada, tecnologia não possui objetivo imanente. O sistema

social quem define seu uso e sua finalidade. A *direção* da tecnologia é ponto acentuado por Ramos (1989), haja vista que em associação à racionalidade instrumental, acionada no sistema econômico, critérios de compreensão social e da própria tecnologia podem ser avessos à finalidades outras que não a funcional. Nesse sentido, o avanço da inovação tecnológica em associação a um “processo cego” (RAMOS, 1983, p. 40) traria “os perigos da massificação e da robotização da conduta humana” (RAMOS, 1983, p. 40). Esta impõe crítica no sentido de [...] sob que condições pode o saber torna-se um modo de preservação da liberdade?”. (RAMOS, 1983, p. 40), e, ainda, se, “tecnologia pode ser entendida como todo saber sistematicamente referido à ação (RAMOS, 1983, p. 75), que tipo de ação a tecnologia propicia via paradigma paraeconômico? Essas são questões sob as quais tecnologias sociais parecem se debruçar.

A dimensão *tamanho* traz luz sobre a perspectiva da “eficácia de um cenário social na consecução de suas metas e na ótima utilização de seus recursos” (RAMOS, 1989, p. 158). Recorre a considerações de clássicos como Aristóteles, Platão, Montesquieu e Rousseau, na afirmação de que existe relação entre tamanho, limites e uma boa comunidade. Nesse caminho indica que “a intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho” (RAMOS, 1989, p. 159). Seria o que se observa na intensidade das relações em cidades pequenas e em grandes centros urbanos

Fugindo, porém, de uma leitura determinística, informa que, “nenhuma norma geral pode ser formulada para determinar, com precisão, antecipadamente, o limite de tamanho de um cenário social; a questão do tamanho constitui sempre um *problema concreto*, a ser resolvido mediante *investigação ad hoc*, no próprio contexto” (RAMOS, 1989, p. 159, grifo nosso).

A questão *cognitiva* sintetiza leituras sobre Georges Gurvitch e Jürgen Habermas sobre a prevalência de sistemas cognitivos dominantes em determinados sistemas sociais. Assim,

um sistema cognitivo é essencialmente funcional (economias), quando seu interesse dominante é a *produção ou o controle do ambiente*; é essencialmente político (nas isonomias), quando seu interesse dominante é o estímulo dos *padrões de bem-estar social*, em seu conjunto; é essencialmente personalístico (fenonomias), quando o interesse dominante é o *desenvolvimento do conhecimento pessoal*. Um sistema cognitivo deformado (anômico) é aquele *desprovido de um único interesse central*. (RAMOS, 1989, p. 161, grifo nosso).

Sem que os tipos de sistemas (economia, isonomia, fenonomia e anomia) seja explicitado nesse artigo, importa destacar que a dimensão cognitiva impõe reflexão sob a ideia de interesse dominante. Quando Ramos (1989, p. 161, grifo nosso) cita que “no planejamento de tais sistemas e de suas formas mistas, deveria ser feito um esforço para proporcionar aos indivíduos *condições adequadas a seus específicos e dominantes interesses cognitivos*”, parece que o problema cognitivo não exemplificou

como o atendimento de interesses dominantes pode sinalizar a finalidade da boa sociedade. Tal ponto pode ser uma limitação dessa pesquisa.

O *espaço*, como dimensão, emerge da análise de Ramos (1989, p. 161) em relação à arquitetura das cidades contemporâneas, quando percebe que estas atendem “[...] *par excellence*, às exigências do mercado” (RAMOS, 1989, p. 161). Na busca de um espaço que comungue com a sociedade multicêntrica, ressalta que “a *recuperação de espaços para a vida pessoal e comunitária* deveria constituir, agora, *meta prioritária de cidadãos e de governos*, pela exigência de adequada delimitação do sistema de mercado” (RAMOS, 1989, p. 162 grifo nosso).

Avança na dimensão espacial ao considera-lo como importante aspecto do desenvolvimento psíquico. Carl Gustav Jung e Fred I. Stelle e Edward T. Hall são lembrados, em sintonia com a ideia de que “exigências específicas de dimensões espaciais são inerentes a cada tipo de cenário social” (RAMOS, 1989, 163) e, por isso, “adequada consideração do espaço é uma condição essencial para o bem-sucedido funcionamento desses sistemas” (RAMOS, 1989, p. 165).

A dimensão temporal é reconhecida por Guerreiro Ramos desde da Redução Sociológica, quando explora a lei das fases (RAMOS, 1996). Na *Nova ciência*, tempo e espaço estão correlacionados e o primeiro é apreciado pela variedade de experiência de tempos, a exemplo da tipologia de Georges Gurvitch, do tempo serial, linear ou sequencial (economias); tempo convival; tempo de salto; tempo errante. Da afirmação experiencial do tempo, resume que “a *plenitude da existência humana* é perdida, se a pessoa não encara os tópicos substantivos que constituem sua condição consoante as variedades de tempo que a mesma envolve” (RAMOS, 1989, p. 172, grifo nosso).

As dimensões tecnológica, espacial, cognitiva, temporal e de tempo, na acepção de Ramos (1989) indicam aspectos da experiência social a serem analisadas em diretrizes alocativas mediante política públicas. No apoio à sociedade multicêntricas, essas diretrizes possuem finalidades específicas: atender as necessidades humanas, alinhadas às exigências de boa sociedade.

5 | O ENCONTRO ENTRE ESTRATÉGIA, DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE

“Além da ciência, é preciso a sapiência, ciência saborosa, sabedoria, que tem a ver com a arte de viver. [...] Assim, cada um poderá se descobrir como artesão que planta, nas oficinas da ciência, as sementes do mundo de amanhã” (ALVEZ, 2001, p. 15-16).

Os tópicos anteriores assumem a versão de sínteses teóricas, com pequenos apontamentos críticos. Boa parte do que está escrito está compartilhado em importantes análises sobre vida e obra de Guerreiro Ramos, bem como investigações empíricas de seus enunciados. Sabe-se o quão audaciosa é a *Nova ciência* e, da mesma forma, o

desafio de acompanhar o percurso construtivo a fim de avançar em algum ponto.

Assumindo a liberdade do ensaio teórico, intenta-se realizar um encontro entre estratégia, desenvolvimento e sustentabilidade à luz de seus principais enunciados. Para tanto, recorre-se, inicialmente, ao impasse levantado na introdução deste trabalho, qual seja, a relação (compatível/incompatível) entre ciência moderna-sociedade capitalista e sustentabilidade, diante de uma reconsideração valorativa da ciência (HIRSCHMAN, 1986, 1979; MANNHEIM, 1967; RAMOS, 1989).

Assim como Ramos (1989), mais enfaticamente na *Nova ciência*, questiona a degradação da natureza pelo avanço do capital, teóricos críticos atuais acentuam essa relação como essencialmente problemática para o campo dos estudos organizacionais (VIZEU; MENEGHETTI; SELFERT, 2012). Nesse intervalo, da década de 1980 aos dias atuais, avolumam-se pesquisas, teorias, críticas e ensaios de solução, a exemplo da difusão de tecnologias sociais e novos campos disciplinares, economia ecológica, verde, solidária etc (LEANDRO et al., 2015; SOUZA; RIBEIRO, 2013).

Além da questão valorativa, reclama-se a institucionalidade dessa relação (ciência, desenvolvimento, sustentabilidade), ao passo que “inscrever-se a um código de direitos humanos pode facilmente tornar-se um substituto para acabar com as violações dos direitos humanos sem questionar as dinâmicas de poder que criam o espaço para violações” (BANERJEE, 2008, p. 87). Requisito, porém, de difícil alcance, haja vista que,

Dada a importância do papel da política macroeconômica no funcionamento do sistema, os responsáveis por essa política devem ser motivados mais pelo interesse geral do que por seu interesse pessoal. Ora, o sistema – fundado no interesse pessoal – não dispõe de nenhum recursos próprio capaz de engendrar a motivação desejada; na medida em que essa existe, trata-se de um resíduo do sistema de valores anterior, sujeito à erosão. (HIRSCHMAN, 1986, p. 18).

Especificamente em relação à sustentabilidade, Brandon (1999, p. 391) define que um ambiente construído nessa lógica deve observar as questões “*mais básicas do homem* em termos de alojamento, conforto e organização social [...] e os impactos sobre a *qualidade do ambiente natural*, a quantidade de recursos não renováveis e os serviços necessários para suportar *encontros humanos* em qualquer forma” (BRANDON, 1999, p. 391, grifo nosso). A noção de ambiente construído ganha relevo nessa discussão.

Diz, ainda, Brandon (1999) que gerir esse desenvolvimento exige *posições mais claras* sobre: a *filosofia* que sustenta as relações entre os diferentes fatores deve ser compartilhada em um consenso público; um *sistema* abrangente de tal forma que as inter-relações complexas possam *favorecer a comunicação, o entendimento e o crescimento do conhecimento*; um conjunto de medidas que *permite o progresso* relacionadas com os aspectos acima também deve ser desenvolvido; a *estrutura de*

gerenciamento deve ser desenvolvida, permitindo planejamento, projeto, construção, monitoramento e feedback sobre sustentabilidade como parte integrante do ciclo de desenvolvimento; um protocolo para a tomada de decisão deve ser estabelecidos; deve envolver, eventualmente, os órgãos reguladores e do judiciário para fazer valer o *consenso público*.

Aproximando-se de Ramos (1983), Brandon (1999) fala de filosofia em termos de propósito estratégico, ao mesmo tempo de consenso, como mediador de um processo decisório. Advertem, ambos, que o progresso e o desenvolvimento estão em sintonia com um *sistema* e um *conjunto de medidas* que favoreçam interações entre pessoas. Estas, dirigem o encontro entre estratégia, desenvolvimento e sustentabilidade ao nível das intervenções estatais, por meio de políticas públicas regulatórias.

Têm-se, então, um sistema social multicêntrico, cujas diretrizes são elaboradas em função do paradigma paraeconômico. Mas, isso não é suficiente sem que os valores dessas diretrizes sejam problematizados, sem que a ciência dessas diretrizes forneça campo fértil para consideração dos valores, para que estes possam fazer o caminho inverso, da destruição à construção, com base em restauração de um *modus operandi* coletivo, ativados pela convivência e pelas experiências simbólicas.



Figura 3 –Encontro entre estratégia, desenvolvimento e sustentabilidade à luz de guerreiro ramos

Fonte: Adaptada pelos autores (2018) a partir de Ramos (1983, 1989).

O esquema da Figura 3 representa síntese do encontro projetado neste artigo. Neste, desenvolvimento sustentável seria meio e não fim, quando se analisa a perspectiva de futuro. Sua orientação estaria na concepção alocativa de recursos com base no fator estratégico e na possibilidade objetiva que se configura em cada sistema social, em sintonia com seus requisitos dimensionais.

De outra forma, como elemento de sustentação de um projeto de boa sociedade estaria o respeito às culturas, valores, histórias de cada realidade social. Estaria, também, consideração sobre as possibilidades, as potências a vontade de agir em prol de uma mudança ancorada por uma base de valores coletivistas. Tal projeto estaria apoiado em políticas públicas pautadas pelo exercício da cidadania, da participação, quando o consenso é requerido à tomadas de decisão.

Dizer que desenvolvimento sustentável caminha ao lado e uma sociedade multicêntrica indica consideração à saúde-ambiental sustentável, justiça social e progresso econômico (HOPKINS, 2012), haja vista que a condição delimitativa da economia e o valor finalístico da boa sociedade convocaria políticas alocativas recursos em bases mais sustentáveis à existência do homem em harmonia com a natureza e com a vida comunitária.

Volta-se, então, à centrar o aspecto valorativo da ciência, ao passo que a apreciação de uma boa sociedade possa advir de uma ética universal, em acepção à Ramos (1989), também mereça uma exploração local, regional, nacional. Ao remeter a ideia valorativa da ciência, abre-se campo para apreciação particularistas em processo de ecologia de saberes e práticas na configuração de ações mais justas e equânimes.

Além do encontro entre estratégia, desenvolvimento e sustentabilidade, considera-se oportuna sugerir um campo de análise do projeto multicêntrico: a dinâmica estratégica sob o aspecto da tradução valorativa de seu projeto, por acreditar-se ser este ponto estreitos à lógica da gestão participativa. Esta, analisada sob a perspectiva de inovações institucionais participativas, “como conselhos, Orçamento Participativo, audiências públicas, fóruns e conferências [...] cresceu de tal modo que [...] foram incorporadas como política governamental (PAES DE PAULA; KEINERT, 2016, p. 748). O avanço, no entanto, não alinham-se a um tratamento teórico mais sistematizado sobre participação social (PAES DE PAULA; KEINERT, 2016).

Recorre-se, portanto, a tentativa de aproximar a ecologia de saberes e de práticas à dinâmica estratégica e consensual de Ramos (1983), no que tange à políticas públicas em prol de uma boa sociedade (RAMOS, 1989). Nesse caminho, conhecimento baseado em uma ecologia reforça que os saberes, considerados em sua multiplicidade, comungam para a solidariedade e a emancipação, quando o reconhecimento do outro como sujeito de práticas sociais relevantes, rompendo a lógica de um saber hegemônico, que “cria consenso baseado da ideia de que o que ela produz é bom para todos”. (SANTOS, 2007a, p. 55).

A ecologia de saberes, ainda, potencializa interações sustentáveis e dinâmicas entre os saberes sem comprometer a autonomia de cada um deles (SANTOS, 2007a). Emancipação, então, que reside no encontro, reconhecimento e transformação desses saberes (e não numa teoria comum a todos eles), explorados em práticas sociais emergentes. Nestas, estariam múltiplas possibilidades de futuro.

Uma *Teoria de Tradução*, portanto, enfatiza “que as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos conversarem sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam”. (SANTOS, 1999a, p. 203) e “[...] que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias [...]” (SANTOS, 2002, p. 206). Um projeto emancipatório a partir de uma nova relação entre o respeito a igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença (SANTOS, 2007b).

Nesse curso de ideias, estratégia de desenvolvimento, sustentabilidade, sociedade multicêntrica podem ser exploradas à luz de uma nova dinâmica, quando

diretrizes ordenativas, reconsideração valorativa e delimitação de sistemas sociais tenham na gestão participação o lócus da ecologia de saberes. Esta, em sintonia com uma prática que questiona a lógica colonial, excludente e opressiva, produz via descentralizada a um projeto multicêntrico.

6 | CONCLUSÃO

“Mas quero que os pescadores sejam capazes também de ouvir o canto do sabiá que nenhuma rede pode pegar. Por vezes, o canto do sabiá é mais importante que um peixe que se pesca” (ALVES, 1999, p. 98).

O artigo objetivou constituir um encontro entre estratégia, desenvolvimento e sustentabilidade em Guerreiro Ramos, na perspectiva do impasse do desenvolvimento sustentável, no caso, a relação (in)compatível entre desenvolvimento capitalista e sustentabilidade. A organização-síntese de elaborações conceituais foi seguido do exercício ensaístico no que tange à sugerir que o encontro tem na ideia de boa sociedade sua finalidade intrínseca.

Nessa construção, o desenvolvimento sustentável em respeito à diretrizes paraeconômicas, a sociedade multicêntrica e a consideração de suas dimensões suscitam que formulações estratégicas no campo das políticas públicas devem buscar a gestão participativa com base em um consenso distinto da adesão a um projeto centralista. Nesse escopo, a ecologia de saberes traria novo sentido à participação social, quando a tradução de práticas, saberes e valores condicionariam novo parâmetro à dinâmica estratégica anunciada por Ramos (1983) e conformaria novo status à alocação substantiva de recursos. Em um campo democrático descentralizado estaria em jogo os sentidos de uma boa sociedade, sendo esta, também, valorada de acordo com a multiplicidade de culturas, sujeitos e experiências.

O artigo explora um percurso crítico-proposito ao passo que defende o encontro da ecologia de saberes ao projeto multicêntrico defendido por Ramos (1989). Mesmo que as posições centralista/descentralista possam anunciar bases epistemológicas distintas, a de *regulação social* (estrutural-funcionalista) e a de emancipação (SANTOS, 1999a, 2007b), compreende-se oportuno explorar o caminho do planejamento para a liberdade (MANNHEIM, 1967).

A crítica-propositiva, pela liberdade criativa que a envolve, compreende importantes limitações. O reconhecimento destas informa que outras muitas leituras são possíveis e de que diferentes pontos de vistas podem ampliar, suplantam ou gerar novos argumentos em torno do avanço teórico de Guerreiro Ramos. Nesse caminho, recomenda-se continuação desse estudo, particularmente em relação à reconsideração valorativa da ciência e de sua institucionalização via educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. Ciência, coisa boa... In.: MARCELINO, N. C. (Org.). **Introdução às ciências sociais**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- ALVES, R. **Entre a Ciência e a Sapiência**: o dilema da educação. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- AZEVEDO, A. Trajetória Intelectual de Guerreiro Ramos. **Revista de Administração do Cesusc**, n. 3, jan./jun. 2008.
- BANERJEE, S. B. Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly. **Critical Sociology**, v. 34, n. 1, 2008.
- BRANDON, P. S. Sustainability in management and organization: the key issues? **Building Research e Information**, v. 27, n. 6, 1999.
- DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: Métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- GOHN, M. da G. Movimentos na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, maio/ago. 2011.
- GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. da. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um Fracasso Anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, set./dez. 2012.
- GUIRALDELLI, R. Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, 2014.
- HEADY, F. **Administração Pública**: Uma perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Trad. Lucia Campello. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HOPKINS, C. Twenty years of education for sustainable development. **Journal of Education for Sustainable Development**, v. 6, n. 1, 2012.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, 2005.
- JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, 2012.
- LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LEANDRO, L. A.; GOMES, C. M.; CASTRO, K. N. V. de; CASTRO, E. M. N. V. O Futuro Da Gestão Socioambiental: Uma Análise Crítica Sobre A Crise Ambiental Brasileira. **GeAS - Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, 2015.

- MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Trad. Octávio Alves Velho. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARCONATTO, D. A. B. et al. Saindo da trincheira do desenvolvimento sustentável: uma nova perspectiva para a análise e a decisão em sustentabilidade. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 1, 2013.
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environ Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, 1998.
- MELO, P. T. N. B. de; SALLES, H. K. de; BELLEN, H. M. V. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, set. 2012.
- MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versatilidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- MISOCZKY, M. C. World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. **Organization**, v. 18, n. 3, 2011.
- MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, 2012.
- NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 75, p. 131-147, maio 2014.
- PAULA, A. P. P.; KEINERT, T. M. M. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, 2016.
- PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, n. 12, dez. 2012.
- RAMOS, A. G. A Modernização em nova perspectiva: em busca de um modelo de possibilidades. In.: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2009.
- RAMOS, A. G. **Mito e realidade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro**: elementos de uma sociologia especial da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1983 [1966]. (Título da primeira edição: Administração e a estratégia do desenvolvimento. Elementos de uma sociologia especial da administração).
- _____. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da Riqueza das Nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1989 [1981].
- _____. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996 [1958].
- REDCLIFT, M. R. Sustainable development (1987-2005) – an oxymoron comes of age. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 25, 2006.
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 54, 1999.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, out. 2002.

_____. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, 2007a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007b.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S. BRAGA, V. Administração do Desenvolvimento na perspectiva Guerreirista: conceitos, contribuições e implicações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, jul./set. 2015.

SINAY, M. C. F. et al. Ensino e pesquisa em gestão ambiental nos programas brasileiros de pós-graduação em administração. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 3, p. 55-82, 2013.

SOARES, L. A. A. **Guerreiro ramos**: considerações críticas a respeito da sociedade centrada no mercado. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2005.

SOUZA, M. T. S. de; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 17, n. 3, June 2013.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-178-7

